
CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA N.º

IPP/ESS/PC/010/2024/312

Aquisição de eletrodomésticos variados para a Escola
Superior de Saúde do Politécnico do Porto.

índice

Objeto	3
Contrato	3
Prazo do Contrato	3
Obrigações principais do fornecedor e prestador de serviços	4
Gestor do Contrato	5
Objeto e prazo do dever de sigilo	5
Preço contratual	6
Condições de pagamento	7
Resolução do contrato por parte do contraente público	7
Resolução do contrato por parte do prestador de serviços	7
Penalidades Contratuais	8
Força maior	8
Resolução de litígios – Foro competente	9
Comunicação e notificações	9
Contagem dos prazos	9
Situação contributiva	10
Prestação de Informação	10
Proteção de dados pessoais	10
Sistema de Gestão de Qualidade – Avaliação do Fornecedor	11
Legislação aplicável	11
Especificações Técnicas	12

Cláusula 1.ª**Objeto**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de eletrodomésticos variados para a Escola Superior de Saúde do Politécnico do Porto.

Cláusula 2ª**Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3ª**Prazo do Contrato**

1. O contrato mantém-se em vigor após assinatura do contrato ou envio da nota de encomenda pelo prazo de 5 dias consecutivos, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

Cláusula 4ª

Obrigações principais do fornecedor e prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável ou no Caderno de Encargos, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a. A entrega dos bens e execução dos serviços associados e as obrigações conforme especificações anexas – Anexo I Especificações Técnicas;
 - b. O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos, tais como manuais técnicos, previstos nas especificações técnicas presentes neste Caderno de Encargos, que dele fazem parte integrante;
 - c. Os bens objeto do contrato devem ser fornecidos em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam;
 - d. O fornecedor é responsável perante a Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são fornecidos;
 - e. No caso dos bens objeto deste contrato não estarem em conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, a Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto deve disso informar, por escrito, o fornecedor.
 - f. No caso previsto na alínea anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
 - g. Nos termos da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os equipamentos objeto do contrato, pelo prazo indicado no Anexo I ao presente Caderno de Encargos, ou no prazo mínimo de 2 anos se for omissivo, a contar da entrega dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas Especificações Técnicas do presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem;
 - h. A garantia prevista na alínea anterior abrange:
 - i. O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
 - ii. A desmontagem das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - iii. A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;

- iv. O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
 - v. O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - vi. A deslocação ao local da instalação ou de entrega e formação sobre o equipamento, sempre que aplicável;
 - vii. A mão-de-obra.
- i. O adjudicatário deve garantir o cumprimento da Diretiva n.º 2011/65/UE (RoHS), de 8 de junho, transposta para a ordem jurídica interna pelo Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de junho, da Diretiva n.º 2012/19/UE (REEE), de 4 de julho.
 - j. Os cocontratantes devem, igualmente, garantir o cumprimento do Decreto-lei n.º 209/99, de 16 de junho, respeitante à classificação, embalagem e rotulagem das substâncias perigosas.
 - k. Obrigação de comunicar à Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto, factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento de bens objeto do contrato de acordo com prazo definido pelo presente caderno de encargos, bem como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do disposto no contrato, logo que tenha conhecimento dos mesmos.
- 2. A subcontratação pelo adjudicatário e cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
 - 3. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.ª

Gestor do Contrato

Nos termos do art.º 290º – A do CCP, a Gestora do Contrato, com função de acompanhamento da execução é Dra. Ana Xavier com e-mail arfx@ess.ipp.pt e contato 222061000;

Cláusula 6.ª

Objeto e prazo do dever de sigilo

- 1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à ESS, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, à exceção dos técnicos intervenientes na prestação de serviços, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O Prestador de Serviços responde perante a ESS pela violação do dever de sigilo e pela quebra da confidencialidade dos documentos referidos no n.º 1 da presente Cláusula.
5. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar da extinção, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à prestação de segredos comerciais ou a credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 7.ª

Preço contratual

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Escola Superior de Saúde do Politécnico do Porto deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, o qual não pode, porém, ser superior ao indicado de 19.956,68 € (dezanove mil e novecentos e cinquenta e sei euros e sessenta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. O preço é uma previsão no âmbito do cálculo preço previsional de cada lote do procedimento.
2. Os preços referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).
3. A ESS não se vincula à encomenda das horas indicadas em cada lote conforme as especificações técnicas, uma vez que as quantidades referidas são meramente indicativas e estão sujeitas às inscrições de formandos, pelo que poderão não se realizar as formações, caso não existam inscrições em numero suficiente por formação.

Cláusula 8.ª**Condições de pagamento**

1. A(s) quantia(s) devidas pela Escola Superior de Saúde do Politécnico do Porto, nos termos da clausula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo máximo de 30 dias após a receção e validação pela escola das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Em caso de discordância por parte da Escola Superior de Saúde do Politécnico do Porto, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto do n.º 1, as faturas são pagas, preferencialmente, através de transferência bancária.

Cláusula 9ª**Resolução do contrato por parte do contraente público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto, do Instituto Politécnico do Porto pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços.

Cláusula 10ª**Resolução do contrato por parte do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo contraente público especialmente previstas no contrato e independentemente do direito de indemnização, o co-contratante tem o direito de resolver o contrato nas seguintes situações:
 - a) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo contraente público por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. Nos casos previstos na alínea a) do número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao contraente público, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o contraente público cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 11ª

Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir ao adjudicatário o pagamento de sanções pecuniárias pelo incumprimento das datas e prazos de entrega acordados entre as partes, calculadas de acordo com a seguinte fórmula:

$$S = V \times A / 250$$

Em que S corresponde ao montante da sanção, V é igual ao valor do contrato e A é o número de dias em atraso.

2. Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 329.º do CCP, o valor acumulado das sanções não poderá exceder 20% do preço contratual.
3. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização por mora e incumprimento definitivo.

Cláusula 12ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades à entidade adjudicatária, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados da entidade adjudicatária, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre eles recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
 - 5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13.ª**Resolução de litígios – Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 14.ª**Comunicação e notificações**

- 1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2. Qualquer alteração das informações de contactos constantes do contrato dever ser comunicada à outra parte.

Cláusula 15.ª**Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 16.ª**Situação contributiva**

O adjudicatário deverá garantir a inexistência de dívidas perante a Segurança Social e as Finanças e comprová-lo perante a entidade adjudicante após a adjudicação.

Cláusula 17.ª**Prestação de Informação**

O Adjudicatário obriga-se a prestar a informação e os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Escola Superior de Saúde do Politécnico do Porto, com a periodicidade que este entender conveniente, quer relativamente á execução do contrato quer ao cumprimento das obrigações que para aquele emergem do mesmo.

Cláusula 18.ª**Proteção de dados pessoais**

1. As partes obrigam-se a cumprir, nos seus precisos termos, o disposto na legislação nacional e comunitária relativa à proteção da privacidade e de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento Geral Sobre a Proteção de Dados (Regulamento (EU) 2016/679, de 27 de abril).
2. A entidade adjudicatária obriga-se ainda durante a vigência do contrato e após a sua cessação, a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados pessoais e quaisquer elementos ou informações que tenham sido confiados pela contraparte ou de que tenham tido conhecimento, por força da adjudicação do presente procedimento, na estrita observância das instruções emitidas pelo ESS P.PORTO e da legislação aplicável.
3. A entidade adjudicatária garante a segurança e proteção de dados, através do estabelecimento de uma política de segurança, de controlos adequados e de gestão de riscos.
4. Sempre que a relação contratual implique a subcontratação, deve ser garantido pelo cocontratante, sucessivamente, que terceiros que envolva na execução do contrato, respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade, bem como as relativas à proteção jurídica de bases de dados e ao tratamento de dados pessoais, nos termos legalmente previstos na legislação à proteção de dados pessoais, designadamente as constantes do artigo 28.º do Regulamento Geral Sobre Proteção de Dados. As obrigações previstas na presente cláusula são aplicáveis no caso de cessão da posição contratual.

Cláusula 19.^a**Sistema de Gestão de Qualidade – Avaliação do Fornecedor**

De acordo com o Sistema de Gestão de Qualidade implementado na ESS a V/prestação/execução/fornecimento será avaliado, segundo a n/instrução de processo de acordo com os seguintes critérios:

- Qualidade/Conformidade do fornecimento/execução do serviço;
- Prazo de entrega
- Atendimento/tempo de resposta

O resultado dessa avaliação será de acordo com tabela infra:

Índice	Classe	Caraterização
4 a 5	A	Fornecedor Bom
2,5 a 3,9	B	Fornecedor Médio
0 a 2,4	C	Fornecedor Mau

Cláusula 20.^a**Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Especificações Técnicas

Aquisição de eletrodomésticos variados para a Escola Superior de Saúde do Politécnico do Porto

Nº Lote	Equipamento	Especificação técnica	Qt/ UN	Preço Un em euros s/IVA	Preço Tot em euros s/IVA
1	Aquecedores	Aquecedor convector elétrico de interior, com potência superior a 2000W para aquecimento de área superior a pelo menos 20m2	5	81,30	406,50
2	Frigorífico combinado	Frigorífico Combinado; No frost, capacidade útil do frigorífico acima dos 250 litros, com intervalo de temperatura de +1°C a 15°C; capacidade útil do congelador acima dos 90 litros e intervalo de temperatura de -15°C a -26°C; com alarme acústico e visual; processo de descongelação automática; equipamento ambientalmente mais eficiente	1	3.008,13	3.008,13
3	Picadora de gelo	Tipo: Elétrico. Cor do produto preferencialmente preto Inox. Capacidade de esmagamento acima de: 330 g/min. Potência cerca 80 W. Medidas aproximadas, infra, pelo que serão aceites desvios de +/- 50mm Largura: 170 mm. Profundidade: 220 mm. Altura: 460 mm.	1	175,00	175,00
4	Frigorífico	Dimensões exteriores LPA 693 x 826 x 2008 mm Volume útil de 700 litros Temperatura de trabalho ajustável de 2 a 8°C Estabilidade <2°C Ventilação forçada de ar Incremento da temperatura em steps de 0,1°C Mostrador digital Alarmes incluídos para os principais parâmetros Interior em aço inox com cantos arredondados Porta em vidro duplo, com sistema de fecho automático	2	2250,00	4500,00

		<p>Borrachas das portas autoaderentes</p> <p>Inclui fechadura</p> <p>Iluminação interna</p> <p>Cinco prateleiras incluídas</p> <p>Consumo energético de 0,24 Kwh/24h</p>			
5	Frigorífico	<p>Frigorífico do tipo minibar, sem congelador</p> <p>Dimensões (AxLxP): 63x44x51 cm (as dimensões são aproximadas, não obrigatórias, contudo não pode ultrapassar altura 80cm e largura 55cm para poder encastrar). Volume: 66litros. Sentido de abertura da porta – direita</p>	1	250,00	250,00
6	Congelador	<p>Dimensões externas de LPA 595 x 640 x 1876 mm</p> <p>Volume útil de 312 L</p> <p>Temperatura de trabalho de -25 a -5°C</p> <p>Controlador eletrónico com display</p> <p>Consumo energético de 2.06 Kwh/24h</p> <p>Alarmes óticos e acústicos para desvios de temperatura ou porta aberta</p> <p>Circulação forçada com ventilador</p> <p>Descongelação automática</p> <p>Interior em PS, exterior em aço lacado,</p> <p>Seis prateleiras incluídas</p> <p>Porta com fechadura</p> <p>Pés reguláveis e rodas com bloqueio</p> <p>Gases naturais (R600a)</p> <p>Nível de ruído de 36.6 dB(A)</p> <p>Certificação ATEX</p>	1	2500,00	2500,00
7	Máquina Lavar e Secar	<p>Máquina de lavar e secar roupa. Dimensões aproximadas, infra, pelo que serão aceites desvios de +/- 10 cm L x P x A): 60 x 60 x 85 cm</p> <p>Capacidade entre 10 e 12 Kg</p>	1	2.439,00	2.439,00

		<p>Capacidade de secagem: entre 6 a 8 Kg</p> <p>Eficiência energética preferencialmente: A</p> <p>Eficiência lavagem preferencialmente: A</p> <p>Dosagem de detergente, preferencialmente, automática</p> <p>Número de Programas: 8 no mínimo</p>			
8	Máquina Flocos de Gelo	<p>Máquina de gelo de construção robusta, com componentes de elevada qualidade, para produção em flocos com condensação a ar. Sistema de produção de gelo seguro e preciso. Equipamento indicado para utilização contínua e uso profissional.</p> <p>Interior e exterior: aço inoxidável</p> <p>Sistema de refrigeração: ar</p> <p>Refrigerante: sem CFCs</p> <p>Capacidade de produção de gelo: acima de 25 kg / 24 h.</p> <p>Capacidade do reservatório do gelo: pelo menos 15 kg</p> <p>Temperatura da água (mínima/ máxima): 5°C / 35°C</p> <p>Dimensões exteriores aproximadas, infra, pelo que serão aceites desvios de +/- 50 mm (L x P x A): 530 x 630 x 921 mm</p>	1	3.500,00	3.500,00
9	Micro-ondas	<p>Micro-ondas sem grill, com prato</p> <p>Dimensões (aproximadas, pelo que serão aceites desvios de +/- 50 mm): 25cm x 35 cm x 44cm</p> <p>Potência aproximada: 700 W; Níveis de potência no mínimo 4.</p>	4	81,30	325,20
10	Frigorifico	Frigorífico Combinado, No Frost, Altura 186 cm, Capacidade Líquida 341 L, Branco	1	552,85	552,85
11	Arca	Arca congeladora, temperatura entre -10 a -45°C, gross volume: 360L; refrigerant: R290.	1	2.300,00	2.300,00